

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO - UFOP  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - ICHS  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - DEEDU

**AS DESIGUALDADES PRESENTES NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E  
SEUS RECURSOS DIDÁTICOS ENTRE ESCOLAS PÚBLICAS E  
PARTICULARES: UMA EXPERIÊNCIA ATRAVÉS DO RESIDÊNCIA  
PEDAGÓGICA.**

THALITA ALBINO GANDRA

OURO PRETO  
2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO - UFOP  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - ICHS  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - DEEDU

THALITA ALBINO GANDRA

**AS DESIGUALDADES PRESENTES NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E  
SEUS RECURSOS DIDÁTICOS ENTRE ESCOLAS PÚBLICAS E  
PARTICULARES: UMA EXPERIÊNCIA ATRAVÉS DO RESIDÊNCIA  
PEDAGÓGICA.**

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de Relato de Experiência apresentado à disciplina de Monografia do Departamento de Educação da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito para obtenção do título de Pedagogo(a).

Orientação: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Paula Cristina de Almeida Rodrigues

Prof. da disciplina de Monografia: Dr. José Rubens Lima Jardimino

OURO PRETO  
2022

## SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

G196d Gandra, Thalita Albino.

As desigualdades presentes no processo de alfabetização e seus recursos didáticos entre escolas públicas e particulares [manuscrito]: uma experiência através do Residência Pedagógica. / Thalita Albino Gandra. - 2022.  
30 f.

Orientadora: Profa. Dra. Paula Cristina de Almeida Rodrigues.  
Monografia (Licenciatura). Universidade Federal de Ouro Preto.  
Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Graduação em Pedagogia .

1. Ensino à distância. 2. Acesso a recursos pedagógicos. 3. Ensino à distância - Legislação. I. Rodrigues, Paula Cristina de Almeida. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 37.018.43

Bibliotecário(a) Responsável: Edna da Silva Angelo - CRB6 2560



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
REITORIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO



## FOLHA DE APROVAÇÃO

Thalita Albino Gandra

As desigualdades presentes no processo de alfabetização e seus recursos didáticos entre escolas públicas e particulares: uma experiência através do Residência Pedagógica.

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado(a) em Pedagogia

Aprovada em 07 de julho de 2022

### Membros da banca

Doutora - Paula Cristina de Almeida Rodrigues - Orientador(a) (Universidade Federal de Ouro Preto)  
Doutor - José Rubens Lima Jardimino - (Universidade Federal de Ouro Preto)

Paula Cristina de Almeida Rodrigues, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 07/07/2022



Documento assinado eletronicamente por **Paula Cristina de Almeida Rodrigues, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 07/07/2022, às 10:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufop.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0358978** e o código CRC **92B67EAF**.

## **AS DESIGUALDADES PRESENTES NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E SEUS RECURSOS DIDÁTICOS ENTRE ESCOLAS PÚBLICAS E PARTICULARES: UMA EXPERIÊNCIA ATRAVÉS DO RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA.**

### **RESUMO**

As dificuldades no processo de ensino e aprendizagem da alfabetização e letramento, causadas pela desigualdade presente nos recursos didáticos, causam uma preocupação, para professores, equipe pedagógica, pais e a sociedade como um todo, levando em consideração que esse problema não abrange somente a esfera escolar, mas sim um recorte de toda a sociedade.

Dessa forma o presente trabalho teve como objetivo compreender a política educacional implantada no município de Mariana no contexto da pandemia da Covid-19 a partir de duas experiências de estágios de docência, uma no Programa Residência Pedagogia e a outra em um Programa de Monitoria de uma escola particular do município. Para isso foram analisados documentos normativos da união e do estado, documentos do programa Residência Pedagógica juntamente a uma escola pública, caderno de campo de um estágio em uma escola privada, realizada uma entrevista com funcionários da rede pública e o estudo e aprofundamento de diversos autores acerca do tema da desigualdade e do processo de ensino e aprendizagem na pandemia, como Macedo, Soares, Castanha, Benner e Martins.

Os resultados obtidos foram as análises dos documentos normativos, que em comparação com a experiência vivenciada no Residência Pedagógica e demais pesquisas, demonstraram que na prática as leis não foram seguidas e por diversos momentos faltou auxílio e instrução para pais e professores lidarem com esse momento atípico da pandemia. A partir da comparação público X privada, foi notado que um dos maiores problemas que acarretam essa desigualdade é a falta de investimento por parte do poder público, influenciando nos recursos utilizados, que no momento pandêmico, eram essenciais para o processo de ensino e aprendizagem dos alunos.

**Palavras-chave:** Ensino remoto; desigualdade educacional; Acesso a recursos pedagógicos; Legislação no ensino remoto.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>5</b>
<b>OBJETIVOS.....</b>	<b>8</b>
<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>9</b>
<b>ANÁLISE DOS DADOS.....</b>	<b>10</b>
<b>RETORNO ÀS ATIVIDADES PRESENCIAIS.....</b>	<b>15</b>
<b>CONTRASTE PÚBLICO X PRIVADO.....</b>	<b>16</b>
<b>PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO.....</b>	<b>23</b>
<b>CONCLUSÕES FINAIS.....</b>	<b>25</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>27</b>

## **INTRODUÇÃO:**

Durante a graduação em Pedagogia realizei os estágios obrigatórios, porém foi com a experiência no Programa Residência Pedagógica que pude vivenciar “mais de perto” a realidade da sala de aula. A proximidade com as experiências de sala de aula, só não foi maior devido a pandemia da COVID-19. Acredito que o fechamento das escolas intensificou ainda mais as defasagens e “injustiças” na educação, agravando as desigualdades já existentes.

Em outubro de 2020, iniciei o acompanhamento das aulas em uma escola da rede municipal de ensino de Mariana, em específico em uma turma do segundo ano do Ensino Fundamental, através do Programa Residência Pedagógica implementado pela CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, que tem como objetivo o aperfeiçoamento da formação prática nos cursos de licenciatura contribuindo com a entrada do graduando no cotidiano da escola de educação básica, exercendo assim a relação teoria e prática, além de ampliar a relação entre instituições de ensino superior e escola.

As escolas públicas do município de Mariana adotaram o Plano de Ensino Tutorado (PET) elaborado pela Secretaria de Estado de Minas Gerais disponibilizado para todas as cidades do Estado. O PET não foi criado pelos próprios professores da rede de ensino de Mariana, de forma que, muitas vezes, as atividades planejadas não condiziam com a realidade dos alunos, levando em consideração que Minas Gerais tem mais de 26 mil escolas públicas, com realidade e nível de desenvolvimento da aprendizagem bastante distintos.

Na turma que acompanhei, por exemplo, havia crianças em diferentes níveis de alfabetização conforme a teoria da psicogênese da língua escrita, são eles: pré silábicos, silábicos e alfabéticos, inclusive essa foi a divisão que fizemos no Residência Pedagógica para acompanhar a turma. Primeiramente, realizamos avaliações diagnósticas desenvolvidas pela equipe pedagógica da secretaria de educação de Mariana, como também ditados, com palavras selecionadas pela equipe do Residência Pedagógica. Tentamos entrar em contato com todos os alunos, os que responderam marcaram um dia para aplicação e separamos grupos de residentes responsáveis por aplicar as avaliações individualmente e a distância. Com todos os resultados e anotações obtidas, analisamos em conjunto caso a caso,

e assim os separamos em grupos de acordo com a sua fase de escrita respectivamente, no mesmo momento dividimos os grupos de residentes responsáveis por acompanhar, aplicar e desenvolver atividades específicas com a fase da alfabetização dos alunos.

O grupo que fiquei responsável era de alunos silábicos em transição, porém ao iniciarmos as atividades, só tivemos o retorno de um aluno, dos três presentes no grupo. Durante as aulas observamos que na verdade o aluno em questão encontrava-se na fase pré silábica, já que o mesmo ainda não reconhecia todas as letras do alfabeto e também não conseguia relacionar os fonemas com seus devidos grafemas. Além disso, o mesmo não possuía notebook/computador em casa para acompanhar as aulas síncronas, logo descobrimos que essa era a realidade de toda a turma, os poucos alunos que acompanhavam as aulas síncronas da professora, faziam através do celular. No caso do aluno que acompanhava mais de perto, o mesmo não tinha memória no celular para baixar o aplicativo google meet, utilizado em todas as aulas da escola, o impossibilitando de participar. Dessa forma, nossos encontros eram feitos através do whatsapp, reduzindo a possibilidade de escolha de alguns recursos didáticos nas aulas e nos obrigando a buscar uma reinvenção ainda maior para a aplicação das atividades. Reforçando assim, a certeza de como o acesso a diferentes recursos tecnológicos, principalmente no período pandêmico, podiam influenciar no processo de alfabetização.

Durante nossos encontros, por diversas vezes, vimos como a Internet ruim interferia negativamente na participação do aluno nas aulas, explicitando a necessidade de melhorias tecnológicas na educação pública. Com a entrega dos PETs, o governo acreditava que já estaria suprimindo as necessidades da população que tinha baixo acesso a internet, porém não era levado em consideração que a falta de contato do aluno com o professor impactava de forma negativa no processo de aprendizagem inicial da língua escrita.

Assim, no Programa Residência Pedagógica vivenciamos o descaso do poder público com a educação, que não garantiu o acesso da população de baixa renda a tecnologia. Em um momento em que os gastos deveriam aumentar para diminuir a desigualdade, o que aconteceu foi uma redução dos custos e a intensificação do sucateamento da educação pública<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Conforme informações contidas em veículos jornalísticos, houve uma diminuição nos gastos com educação pelo governo federal: “Mesmo em um ano com pandemia, e frente aos desafios do ensino



Por outro lado, ainda no sétimo período do curso de Pedagogia, paralelamente a minha atuação no Programa Residência Pedagógica, tive a oportunidade de estagiar como monitora em uma escola da rede privada de Mariana. Foi uma experiência de somente um mês, e tive a oportunidade de acompanhar exatamente o retorno às aulas presenciais. Foi a partir dessa experiência que defini o tema para este projeto monográfico, pois é uma desigualdade tão exorbitante, que demorei a acreditar que estava na mesma cidade. Todos os alunos da escola possuíam tablets ou notebooks para realizar as atividades quando essas estavam acontecendo a distância, os alunos do primeiro ao terceiro ano que escolheram ficar em casa, mesmo após o retorno das aulas presenciais, assistiram a aula ao mesmo tempo dos alunos que estavam na escola, pois havia retroprojetores e microfones para as professoras e o aplicativo do google meet fazia essa reunião e ligação entre escola e alunos em casa.

A escola em questão contratou monitores para auxiliar os alunos, ajudá-los a manterem o distanciamento e ajudar a professora (no meu caso dos alunos do primeiro período) a realizar as atividades numa sala com 7 crianças. A escola possuía uma plataforma onde eram disponibilizadas todas as aulas gravadas, atividades, jogos e materiais didáticos.

Conforme já foi mencionado, pude vivenciar duas situações opostas na mesma cidade, de um lado, uma escola particular que possuía diferentes meios de realizar as aulas a distância e desempenhar os diferentes processos de ensino e aprendizagem, por outro lado, uma escola pública que necessitava de mais recursos, pela falta de investimento governamental.

Dessa forma é relevante compreender: como a pandemia evidenciou a desigualdade educacional e social no município de Mariana? Como diferentes recursos tecnológicos influenciam no processo de alfabetização, principalmente, no contexto da pandemia da Covid-19? E se os documentos normativos da união e do

---

para manter as aulas remotas, o Ministério da Educação (MEC) fechou 2020 com o menor dinheiro em caixa desde 2011. Não bastassem os cofres vazios, a pasta gastou ainda menos do que poderia, e teve que devolver R \$1 bilhão aos cofres públicos.

Ao todo, foram R \$143,3 bilhões destinados ao MEC em 2020. Antes, o menor valor havia sido em 2011, com R \$127,6 bilhões (*veja infográfico abaixo*).

Ainda assim, do valor disponível em 2020, só R \$116,5 bilhões (81%) foram gastos.”

<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/02/21/ministerio-da-educacao-nao-gasta-o-dinheiro-que-t-em-disponivel-e-sofre-reducao-de-recursos-em-2020-aponta-relatorio.ghtml>

estado orientaram e possibilitaram a criação de políticas públicas para a realização das aulas não presenciais durante a pandemia?

## **OBJETIVOS**

### **Objetivo geral:**

Compreender a política educacional implantada no município de Mariana no contexto da pandemia da Covid-19 a partir de duas experiências de estágios de docência, uma no Programa Residência Pedagogia e a outra em um Programa de Monitoria de uma escola particular do município.

### **Objetivos específicos:**

- Identificar nos documentos normativos da união e do estado as orientações para a criação de políticas públicas que possibilitaram a realização das aulas não presenciais durante a pandemia;

- Evidenciar os aspectos que mostram a desigualdade educacional e social no município de Mariana, acentuada no contexto da pandemia da Covid-19 e do ensino remoto;

- Analisar o uso dos diferentes recursos tecnológicos no período do ensino remoto e a influência desses recursos no processo de alfabetização em uma escola pública e em uma escola privada;

## METODOLOGIA

Este trabalho foi construído a partir de um relato de experiência através da prática vivenciada no Programa Residência Pedagógica e de um Estágio Supervisionado não obrigatório. Terá como base a pesquisa de abordagem qualitativa.

A pesquisa qualitativa se baseia em dados verbais, escritos e visuais para compreender determinado fenômeno, utilizando assim de coleta e análise de dados específicos. Segundo Denzin e Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa do mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem. Da mesma forma que Vieira e Zouain (2005) afirmam que a pesquisa qualitativa atribui importância fundamental aos depoimentos dos atores sociais envolvidos, aos discursos e aos significados transmitidos por eles. Nesse sentido, esse tipo de pesquisa preza pela descrição detalhada dos fenômenos e dos elementos que o envolvem.

Dessa forma, os documentos do Programa Residência Pedagógica <sup>2</sup> que serão analisados são: as atas e gravações das reuniões semanais, os resultados das atividades, ditados e avaliações diagnósticas, observações das aulas síncronas, caderno de campo, anotações das “aulas de reforço” com os alunos. Já o documento de análise do estágio não obrigatório será principalmente o caderno de campo.

Além disso, foram analisados diversos decretos, portarias e resoluções de Mariana, Minas Gerais e do Brasil, como forma de comprovação dos dados obtidos e discutidos. Levando em consideração a importância do conhecimento e aprofundamento da legislação educacional que é fundamental para regular o sistema de educação do país. Segundo Castanha (2011),

(...) dentre as leis que compunham a legislação educacional cabe destacar as seguintes: a constituição, os decretos do poder Legislativo, do poder Executivo, os regulamentos, os estatutos e regimentos internos, as resoluções, portarias, avisos, pareceres e outras decisões do governo. CASTANHA, 2011.

---

<sup>2</sup> O Programa Residência Pedagógica, teve início em outubro de 2020 e encerramento previsto para março de 2021, é composto por três módulos de 138 horas cada, sendo o primeiro com foco em observação, o segundo em planejamento, e o terceiro em regência. Além disso, durante todo o programa os alunos participam de formações e palestras.

Com o intuito de aprofundar mais o tema e compreender a realidade vivida na prática, também foi realizada uma entrevista com uma docente e uma gestora da rede pública de Mariana.

Utiliza-se a entrevista como uma estratégia pela qual o pesquisador poderá acessar o mundo do participante, buscando a compreensão do objeto de estudo inserido no contexto do vivido, SAGE, 1994

Já para a análise teórica acerca do assunto foram estudados autores como: Macedo (2022), Martins (2020), Benner e Martins (1994).

### **ANÁLISE DE DADOS:**

No dia 16 de março de 2020, através do decreto N°10.030 foram suspensas as atividades escolares em todo município de Mariana:

"Decreta situação de emergência em saúde pública no município de Mariana em razão do surto de doença respiratória – 1.5.1.1.0 – Coronavírus e dispõe sobre as medidas para o seu enfrentamento previstas na Lei Federal nº 13.979, de 06 de Fevereiro de 2020 e cria o Comitê Gestor do Plano de Prevenção e Contingenciamento em Saúde do COVID-19 de Mariana" no parágrafo quarto do artigo quarto foi estabelecida § 4º - Suspensão das atividades escolares em todo o Município de Mariana entre os dias 17.03.2020 a 24.03.2020, podendo o referido prazo ser prorrogado se for necessário; (MARIANA, Decreto nº10.030, de 16 de março de 2020.)

Essa ação foi amparada pela portaria N°343-20 do Ministério da Educação:

Art. 1º Autorizar, em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em andamento, por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação, nos limites estabelecidos pela legislação em vigor, por instituição de educação superior integrante do sistema federal de ensino, de que trata o art. 2º do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.

§ 1º O período de autorização de que trata o caput será de até trinta dias, prorrogáveis, a depender de orientação do Ministério da Saúde e dos órgãos de saúde estaduais, municipais e distrital.

§ 2º Será de responsabilidade das instituições a definição das disciplinas que poderão ser substituídas, a disponibilização de ferramentas aos alunos que permitam o acompanhamento dos conteúdos ofertados bem como a realização de avaliações durante o período da autorização de que trata o caput. (BRASIL, Portaria nº 343-20, 17 de março de 2020)

Entretanto, Mariana preferiu pela suspensão das aulas, visto que não apresentava os possíveis meios e tecnologias naquele momento.

A portaria N°10, deferida no dia 08 de maio de 2020, regulamentou o regime especial de trabalho na rede municipal de educação de Mariana, adotando a escala

de revezamento nas instituições ou por meio de tecnologias, oficializando o retorno das atividades no dia 23 de Abril. Como citado abaixo:

Art. 7º - Os servidores que cumprirão suas atribuições fora das dependências físicas das unidades escolares, por meio da utilização de tecnologias de informação e comunicação, ficarão sujeitos às seguintes condições: I – execução de plano de trabalho estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação e pela gestão escolar enquanto durar o estado de fechamento das escolas; II – dispor de meios físicos e tecnológicos compatíveis com as atividades a serem desempenhadas; III – atender presencialmente, em situações excepcionais, quando justificadamente requisitados pela chefia imediata. além disso, no parágrafo 2 fica definido que §2º Para atenderem aos servidores que não dispuserem das condições previstas no item II desse artigo, as escolas poderão disponibilizar o uso dos equipamentos para viabilizar a execução das atividades pelos servidores, desde que a utilização ocorra dentro das dependências da escola. (MARIANA, Portaria nº10, de 08 de maio de 2020.)

Destaca-se que o Conselho Nacional da Educação CNE também indicou o uso da educação a distância prevista no decreto 9057 que visa a possibilidade de atividades fora da escola.

Em 18 de maio de 2020 o decreto municipal N°10.088 regulamentou a aquisição de bens e a contratação de serviços necessários, como podemos ver no decreto:

Art. 1º. Durante o período de suspensão das atividades escolares presenciais em decorrência da pandemia do coronavírus (COVID-19) fica autorizada a dispensa de licitação para a aquisição de bens e a contratação de serviços da área de educação, com base do disposto no art. 24, inciso IV, da Lei nº. 8.666/93. Entretanto as compras não aconteceram. Atividade essa já prevista pelo Conselho Estadual de Educação que em sua Resolução 474 reforçava a necessidade de utilizar recursos tecnológicos e digitais de informação e comunicação com o intuito de reduzir os danos e prejuízos causados a aprendizagem dos alunos nesse período e para proporcionar condições de acesso para todos estudantes ao aprendizado, bem como aos professores, para realização do ensino. (MARIANA, Decreto nº10.088, de 18 de maio de 2020.)

Entretanto segundo a professora os bens adquiridos que ela presenciou foi um "chip administrativo", para terem acesso a internet e as formações continuadas, que foram validadas mas tardiamente.

Se os bens adquiridos neste caso, for o chip administrativo para os professores terem acesso a internet e formações foi válido em vários pontos, mas também tardio e num cenário adverso, onde nos capacitamos e tínhamos um certo acesso, mas no caso, pouco coloquei em prática e uso direto com meus alunos. (PROTTI, entrevista em 2022)

Nos meses subsequentes, entretanto, não foram encontrados decretos e portarias do município de Mariana em relação a instruções para escolas e professores sobre as atividades pedagógicas, entretanto, sabe-se que foram

implementados os Cadernos Pedagógicos, segundo a professora Olímpia Protti, os cadernos eram feitos a partir de atividades enviadas por professores da rede municipal de ensino, a secretaria selecionava as melhores atividades e montava o caderno.

Os cadernos foram confeccionados e pensados pelos professores de turmas afins.

Fomos orientadas a escolher um tema/matéria para formular questões que adequassem as turmas de 1º ao 5º, se enquadrando em habilidades do currículo.

Montamos as questões de acordo com o tema, enviamos para pedagoga e ela enviava para a secretaria de educação. Podendo entrar ou não nos cadernos que iriam para os alunos.

(PROTTI, entrevista em 2022)

Por serem montados pelos próprios professores, as atividades em sua maioria eram mais direcionadas a realidade dos alunos e da cidade e bastante lúdica. Já em junho de 2020 as orientações do Conselho Estadual de Minas Gerais diz que é possível adotar o ensino a distância mas com adequações que assegurem as competências e objetivos de aprendizagem relacionados a Base Nacional Comum Curricular.

No dia 19 de Outubro foi deferido o decreto N°10.274 que mantinha a suspensão das aulas presenciais na rede pública e privada do município de Mariana até 31 de dezembro de 2020, dando continuidade ao atendimento não presencial mediados ou não pelo uso de tecnologias até que fosse concluída a carga horária mínima determinada na LDB de oitocentas horas.

Art. 1º. Fica mantida a suspensão das aulas presenciais na Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) na Rede Pública e Privada do Município de Mariana até 31 de dezembro de 2020. Parágrafo Único. O prazo estabelecido no caput do presente artigo poderá sofrer alterações caso haja recomendação sanitária e protocolos seguros capazes de manter a prevenção e a efetividade na resposta ao coronavírus (COVID-19), ou se forem constatados pelos órgãos sanitários a impossibilidade de retorno seguro. (MARIANA, Decreto n°10.274, de 19 de outubro de 2020.)

As escolas e suas entidades deveriam realizar todos os esforços necessários para o cumprimento das normas legais para validação do ano letivo de 2020. Além de ser dada a autonomia para a Secretaria Municipal de Educação editar portarias complementares para maior detalhamento e regulamentação das ordens contidas no tal decreto.

Art. 5º. As escolas deverão dar continuidade ao atendimento não presencial aos alunos matriculados nas escolas de Mariana, mediados ou não pelo uso das tecnologias, até que seja concluída a carga horária mínima exigida

para a Educação Básica e aos processos de interação propostos para a Educação Infantil. Art. 6º. As escolas e suas entidades mantenedoras deverão, por intermédio de seus dirigentes e equipes escolares, envidar todos os esforços necessários ao cumprimento das normas legais editadas para a validação do ano letivo de 2020. Art. 8º. A Secretaria Municipal de Educação poderá editar portarias complementares para maior detalhamento e regulamentação das ordens contidas no presente Decreto, sem prejuízo das orientações emanadas pelo Governo do Estado de Minas Gerais. (MARIANA, Decreto nº 10.274, de 19 de outubro de 2020.)

Assim, no mesmo dia, foi promulgado a portaria N°13 que institui a ferramenta do programa EducaEMCASA de oferta emergencial de registro de atividades não presenciais, tendo o início do registro a partir do dia 25/06/2020 estendendo-se por tempo indeterminado. Entretanto, na rede municipal de Mariana, não foi adotado o programa, visto que ele era totalmente online e o número de alunos que possuem acesso regularmente a internet era pouco.

O parecer do CNE 05/2020 flexibilizou a computação da carga horária. Assim sendo, por meio da sua Nota Técnica, considerando os dispositivos legais e normativos vigentes, o CNE reiterou que a competência para tratar dos calendários escolares é da instituição ou rede de ensino, no âmbito de sua autonomia, respeitadas a legislação e normas nacionais e do sistema de ensino ao qual se encontre vinculado, notadamente o inciso III do artigo 12 da LDB.

Em virtude da situação de calamidade pública decorrente da pandemia da COVID-19, a Medida Provisória no 934/2020 flexibilizou excepcionalmente a exigência do cumprimento do calendário escolar ao dispensar os estabelecimentos de ensino da obrigatoriedade de observância ao mínimo de dias de efetivo trabalho escolar, desde que cumprida a carga horária mínima anual estabelecida nos referidos dispositivos, observadas as normas a serem editadas pelos respectivos sistemas de ensino. (BRASIL, Parecer do Conselho Nacional de Educação nº 5/2020, de 28 de abril de 2020.)

Foram utilizadas diferentes formas de interação professor/aluno, o tempo de orientação do docente licenciado e o tempo estimado para o estudante desenvolver as atividades como estimativa de carga horária equivalente para o atingimento dos objetivos de aprendizagem e validação das ações não presenciais.

Na portaria N°17 também foram atribuídas as funções dos professores regentes:

Art. 5º I - Participar dos grupos de aplicativo de mensagens – whatsapp – montados como forma de interação entre professores e alunos; II - Oferecer apoio aos alunos através do grupo de aplicativo de mensagens – whatsapp – ou de outra forma de esclarecimento de dúvidas tal como gravação de áudio ou vídeo que possam ser disponibilizados aos estudantes; III - Lançar

as atividades e habilidades relativas aos dias letivos, conforme calendário; IV - Proceder a avaliação da interação dos alunos; V - Zelar pelo arquivamento das comprovações de interação com os alunos enviadas através do grupo de whatsapp montado para a turma; (MARIANA, Portaria nº17, de 20 de novembro de 2020.)

Essa decisão já causa uma certa desordem, levando em consideração que boa parte dos alunos da educação básica não deveria ter tanto contato com as redes sociais, além de ser um processo invasivo, quando pensamos na vida particular dos educadores, nesse quesito as instituições deveriam fornecer o whatsapp profissional, para que não houvesse essa interferência.

Nesse momento, houve um problema em relação às orientações aos pais para a realização das atividades, pois foi uma questão que gerou muitas indagações. Na resolução CEE 474, foi reforçado a essencialidade da comunicação no processo e da elaboração de guia instrutor para a realização das atividades, entretanto é ilógico considerar que um pai/responsável poderia desempenhar o papel de educador, sem ter a formação necessária ou no mínimo instruções claras, sobre como orientar a criança a realizar as atividade.

Ao mesmo tempo, não era possível esperar pela volta às aulas, já que esse tempo ocioso acarretaria uma maior defasagem no aprendizado dos alunos. Assim as orientações buscadas foram tentar da forma mais clara possível demonstrar aos pais como deveriam ser realizadas as atividades, mas sempre dando a autonomia da criança, já que a mesma deveria realizá-las.

Em diversas resoluções, portarias e pareceres, foi ressaltado a importância da organização do calendário escolar de acordo com os alcances dos objetivos de aprendizagens e desenvolvimento previstos para cada etapa educacional, expressos nas competências previstas na Base Nacional Comum Curricular. Apesar disso, o auxílio para realmente ser possível desenvolver as habilidades, não foi realizado.



## **RETORNO DAS ATIVIDADES PRESENCIAIS:**

O ministério da educação em seu conselho pleno na resolução CNE/CP N°2 instituiu as diretrizes nacionais para a implementação de medidas no retorno às atividades presenciais em agosto de 2021 de forma prioritária e urgente. Também foi definido que os calendários deveriam ser definidos pelas secretarias de educação municipais:

§ 1º Tomadas as medidas de segurança determinadas e regulamentadas pelas autoridades locais, os sistemas de ensino, as Secretarias de Educação e suas instituições escolares, conforme as circunstâncias, definirão o calendário de retorno. (BRASIL, Resolução n°2 do Conselho Nacional de Educação, de 5 de agosto de 2021.)

Já no parágrafo quarto reforça que as aulas presenciais deveriam contemplar as especificidades e as necessidades de cada fase, etapa e nível.

§ 4º O retorno às aulas presenciais deve contemplar as especificidades e as necessidades de cada fase, etapa e nível, bem como de cada modalidade de educação e ensino, devendo ser especificamente planejadas as atividades das escolas indígenas, quilombolas, do campo e de ribeirinhos, considerando suas características próprias, o respeito a suas culturas e políticas de superação, das dificuldades de acesso, bem como as de jovens e adultos em situação de privação de liberdade, atendidas a legislação e normas pertinentes. (BRASIL, Resolução n°2 do Conselho Nacional de Educação, de 5 de agosto de 2021.)

No artigo terceiro é instituído que as instituições escolares deveriam oferecer ações de acolhimento aos profissionais de educação, estudantes e família.

Art. 3º No retorno às atividades presenciais, os sistemas de ensino, as Secretarias de Educação e as instituições escolares devem oferecer ações de acolhimento aos profissionais de educação, aos estudantes e respectivas famílias. § 1º No processo de retorno às atividades presenciais, as redes e instituições escolares deverão promover a formação continuada dos professores, visando prepará-los para o enfrentamento dos desafios impostos durante o retorno. § 2º As atividades de acolhimento devem envolver a promoção de diálogos com trocas de experiências sobre o período vivido, considerando as diferentes percepções das diferentes faixas etárias, bem como a organização de apoio pedagógico, de diferentes atividades físicas e de ações de educação alimentar e nutricional, entre outras. § 3º A formação continuada dos professores deve incluir a preparação para a implementação dos protocolos de biossegurança, bem como estratégias e metodologias ativas não presenciais e à implementação de recursos tecnológicos, com ambientes virtuais de aprendizagem e outras tecnologias apropriadas para desenvolvimento do currículo. (BRASIL, Resolução n°2 do Conselho Nacional de Educação, de 5 de agosto de 2021.)

Sendo assim o município de Mariana instaurou o decreto N°10.600 que autorizou as instituições públicas e privadas a retornarem com o ensino de forma híbrida, a partir de 1º de setembro de 2021, acontecendo de forma escalonada e gradativa, havendo a opção dos pais optarem por enviar ou não os alunos para a

escola e ainda assim, não ocorrer defasagens ou desigualdade no tratamento e no processo de ensino e aprendizagem.

Também foi instaurado um protocolo municipal de retorno às atividades presenciais, com todas as orientações para o retorno tanto híbrido, quanto integral. Já no dia 28 de outubro de 2021 através do decreto N°10.719 foi disposto a obrigatoriedade das aulas presenciais

Art. 1º. As instituições de ensino públicas e privadas sediadas no Município de Mariana ficam autorizadas a retomarem em regime híbrido - presencial e não presencial - suas aulas e demais atividades pedagógicas, a partir da data de 1º de setembro de 2021, após a comprovação e aprovação dos requisitos estabelecidos no “Protocolo Municipal de Retorno às atividades Presenciais nas Unidades de Ensino” elaborado pela Comissão Diagnóstica Municipal para preparação do retorno das aulas presenciais no município de Mariana. § 1º. O retorno a que se refere o caput deverá ocorrer de forma escalonada e gradativa, inclusive em regime de revezamento, para que todos os alunos sejam atendidos com isonomia, devendo as instituições de ensino disponibilizar o ensino híbrido, presencial e a manutenção do ensino remoto em caráter complementar e alternativo. § 2º. O ensino híbrido será iniciado por meio de aulas optativas para os estudantes, organizadas conforme os critérios de revezamento, de forma gradual e segura, facultativo aos pais e responsáveis do aluno o retorno às aulas presenciais. (MARIANA, Decreto n°10,719, de 28 de outubro de 2021.)

Sendo isentos de voltar às aulas somente estudantes comprovadamente pertencentes ao grupo de risco para a COVID-19, respeitando os protocolos de biossegurança recomendados pelas autoridades competentes.

### **CONTRASTE PÚBLICO X PRIVADO**

Diante das constatações a partir de diversos documentos podemos descrever e comparar como foi o período da pandemia em uma instituição pública e outra privada no município de Mariana. Importante salientar que as informações obtidas em sua maioria sobre a escola pública foram através de uma experiência no Programa Residência Pedagógica, já as informações sobre a escola privada foi de uma experiência mais curta e principalmente de relatos de professores, alunos e familiares.

Em relação a carga horária, ambas as escolas seguiram as instruções dadas de contabilizar as atividades não presenciais como forma de computar e concluir a carga horária mínima estabelecida pelo estado e união. Entretanto, a computação de carga horária através de atividades não presenciais, não leva em conta a desigualdade social brasileira, principalmente no âmbito do acesso à internet. A partir das experiências nas duas escolas, foi possível ver nitidamente que

não é de modo semelhante, havendo diversos alunos que não podiam participar das aulas síncronas na rede pública, enquanto na rede privada havia uma adesão enorme. Como podemos observar em um trecho da ata de reunião do Residência Pedagógica, em que o aluno só participa dos encontro onlines através do aplicativo Whatsapp:

Sempre há necessidade de adaptar a metodologia e o planejamento da aula, quando colocados em prática. As aulas são pelo Whatsapp e tem dificultado um pouco as aulas. (ATA DE REUNIÃO RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA, Junho de 2021.)

Além disso, considerar somente a entrega das atividades e não a real aprendizagem dos alunos, que não poderia ser feita através somente das atividades, sem uma verdadeira troca entre aluno e professora, ressalta o quanto a validação do ano letivo durante a pandemia diz muito mais sobre cumprimento de deveres, do que a real preocupação com a aprendizagem, como citou Martins (2020):

Tal perspectiva está em flagrante diante da mera transposição didática de conteúdos da educação presencial para a não presencial, com olhar direcionado em grande parte para a transmissão e não para processos de subjetivação, construção conjunta, interdisciplinaridade, com um olhar direcionado para a autoria, a formação para a cidadania, a cultura contemporânea e um currículo integrado entre si e com as questões da sociedade em que as escolas estejam inseridas (MARTINS, 2020, p. 220 )

Sendo esse um ponto de vista de diversos professores, como definiu Macedo (2022):

Já que estes materiais se configuraram como uma estratégia governamental para contabilizar a carga horária das crianças, como mencionou a professora Aristeia “[...] pro governo o que está contando como carga horária é o PET.” A professora Kelly reforça, explicitando que a aprendizagem efetiva das crianças não está entre as preocupações do governo: “É carga horária, é atividade feita, agora se ele está aprendendo ou não, não é preocupação” (MACEDO et al., 2022, p. 40 )

Durante as aulas remotas, ambas escolas também utilizaram de aulas síncronas e assíncronas, entretanto na escola pública havia pouca adesão dos alunos, como é possível comprovar através dos roteiros de observações das aulas do dia 26/05/2021:

"Único aluno presente nos encontros síncronos, e quando outra mãe tirou dúvida no horário da aula no grupo do whatsapp foi convidada a participar da aula com o seu filho, a mesma não respondeu mais." (Roteiro de observação, Residência Pedagógica, Maio de 2021.)

No roteiro de observação do dia 10/06/2021 foi descrito que

"Nenhum aluno estava presente, sendo assim encerrada a aula". (Roteiro de observação, Residência Pedagógica, Junho de 2021.)

Já na escola privada a adesão era maior, havendo uma participação ativa nas aulas e mesmo quando as aulas retornavam presencial, os alunos que escolhiam continuar em casa, acompanhavam as aulas ministradas na escola de forma síncrona. Além disso, um ponto importante de ressaltar é a ausência de uma verdadeira participação da aula síncrona, visto que os alunos não possuem celular próprio e dependem da ajuda e auxílio de um adulto.

Assim, a interação aluno-docente, própria do processo de ensino-aprendizagem, se perde, passa a ocorrer com as famílias ou adultos, por meio de orientações encaminhadas pelas professoras sobre como devem agir na mediação das atividades para as crianças. (MACEDO et al., 2022, p. 38)

Nesse momento foi perceptível que o uso de aulas assíncronas era maior por parte da rede pública, visto que não havia participação nas aulas síncronas, entretanto isso é o retrato de um problema que extrapola a área pedagógica e vai para o âmbito social, podemos ver um exemplo disso no recorte de uma ata do Residência Pedagógica:

"A mãe da aluna Júlia justificou o motivo da filha não participar das aulas, como ela trabalha, a aluna fica com a avó e esta não conseguiria auxiliá-la" (ATA DE REUNIÃO RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA, Junho de 2021.)

Demonstrando assim um grave problema também nas aulas assíncronas, onde não é possível analisar a real situação do aluno e do seu processo de ensino e aprendizagem, como também definiu Macedo (2022):

A interação face-a-face é da natureza do processo alfabetizador; não se alfabetiza crianças sem um conhecimento especializado, alfabetizar não pode ser tarefa da família. Assim, constatamos que o ensino remoto limitou os conhecimentos trabalhados com as crianças, pois um dos princípios-chave da alfabetização — a compreensão da relação oralidade-escrita- não pode ser trabalhada à distância, principalmente de modo assíncrono, sem uma interação mínima em tempo real. (MACEDO et al., 2022, p.11 )

Os meios de comunicação utilizados de forma mais efetiva na escola pública foi o whatsapp já que também foi aprovado pelo estado. Ponto este que merece atenção, por um lado facilitava bastante a comunicação entre família e escola, levando em consideração que é um aplicativo muito utilizado pelos

brasileiros<sup>3</sup>, havendo quase 120 milhões de contas no país. Sendo a solução encontrada naquele momento.

Diante do exposto, torna-se de fundamental importância refletir sobre o uso do Whatsapp durante a pandemia, que foi utilizado de forma emergencial, para atender uma demanda que a maioria das escolas não estava preparada para atender. (MACHADO, 2021, p. 19)

Entretanto, a partir dessa utilização surgiram diversos problemas, entre eles a falta de recursos para apresentação e interação durante as aulas.

O acompanhamento na realização das atividades pelos alunos é outro desafio que pode ser destacado. Neste tipo de comunicação o professor não acompanha as atividades em tempo real, no exato momento em que o aluno está escrevendo, sendo assim, não consegue observar como este aluno realizou as mesmas, se precisou realizar algum tipo de consulta ou se precisou do auxílio de outra pessoa. (MACHADO, 2021, p.18)

Sendo o whatsapp a plataforma menos utilizada em cursos naturalmente de educação a distância, demonstrando a falta de preparo para este momento do ensino remoto emergencial.

Porém, no documento disponibilizado, há a indicação de escolas que produzem conteúdo audiovisual e disponibilizam em plataformas digitais. Percebe-se pela descrição da Secretaria que as atividades são resultado de iniciativas de gestores escolares e docentes e não há obrigatoriedade para o seu desenvolvimento. (SANTANA, 2020, p.86)

Quando vemos essa situação citada por Santana, comprovamos um desvio de função, visto que era papel do governo disponibilizar plataformas de fácil acesso e o acesso a internet para todos e não deixar este trabalho na mão dos gestores e docentes. Além disso, outro ponto que surgiu com o uso do whatsapp foi o acúmulo de funções e o extrapolamento da carga horária máxima de trabalho dos professores, como podemos ver na fala da professora, presente na pesquisa feita por Macedo.

[...] a gente fica online no WhatsApp no horário de aula para eles tirarem dúvidas, horário de aula entre aspas né, porque até agora estou aqui recebendo mensagens, dos pais, dando retorno eles. É a hora que eles mandam, eu costumo não atender sábado e domingo, mas geralmente eu atendo porque fico com dó dos pais que trabalham e só chegam em casa tarde e eu atendo fora do horário também. (MACEDO et al., 2022, p.39)

---

<sup>3</sup> Segundo o site Statista, 96% dos brasileiros usam o Whastapp como seu meio predileto de mandar mensagens.  
<https://de.statista.com/statistik/studie/id/99085/dokument/messenger-whatsapp-in-brasilien-brand-rep-ort/>

Da mesma forma, a professora Olímpia relatava durante as reuniões do Residência Pedagógica que devido as diferentes jornadas de trabalho dos pais, a mesma respondia em diferentes horários e dias as demandas e dúvidas que surgiam, já que a mesma entendi que se não respondesse naquele momento, os pais dificilmente iriam realizar a atividade em um outro momento.

Na escola pública segundo a professora a procura e resposta dos pais pelo Whatsapp era baixa, havendo um engajamento maior próximo aos dias de entrega das cestas básicas<sup>4</sup>, enquanto isso na instituição privada os meios de comunicação variam entre grupo do whatsapp, e-mail, plataforma da escola, havendo maior participação e interação.

Assim, a sala de aula remota das escolas públicas para crianças da E.I e anos iniciais do E.F foi reduzida à tela do celular conectado ao aplicativo WhatsApp para 71,58% dos casos, indício da imensa exclusão social e econômica que impediu o acesso a tecnologias mais adequadas ao ensino remoto por grande parte da nossa população investigada. (MACEDO et al., 2022, p.27)

Sobre o apoio e ajuda dos pais nesse momento, há vários pontos a serem considerados, como por exemplo, a sobrecarga de funções dos pais e a falta de conhecimento acerca das tecnologias.

Muitos pais continuam trabalhando, sendo assim, tiveram que deixar seus filhos com pessoas pouco instruídas, que não tinham condições de entrar em um aplicativo. Antes da pandemia, muitas das vezes a escola e seus professores eram a melhor opção para que estes alunos tivessem contato com a cultura, a informação e sua formação. (MACHADO, 2021, p.18)

Sobrecarga esta que se aliava ao fato da maioria dos pais não terem o domínio de um professor para aplicar as atividades.

A sobrecarga dos pais e as atividades por eles consideradas difíceis para as crianças fizeram com que as professoras replanejassem o ensino, enviando atividades que os pais consideravam mais fáceis de ensinar aos filhos. Era preciso que eles entendessem as atividades, ou seja, o foco do ensino passa a ser não as demandas e necessidades das crianças, mas a adequação ao nível de compreensão dos pais, responsáveis pela mediação. (MACEDO et al., 2022, p.39)

Fazendo uma conexão com o programa Residência Pedagógica, podemos citar a ocasião que uma mãe levava o seu filho e aluno em questão para as casas que realizava faxina, dessa forma estando impossibilitada de estar presente nos

---

<sup>4</sup> Desde abril de 2020, os alunos matriculados na rede municipal de Mariana receberam cestas básicas como forma de garantir a alimentação e saúde dos alunos.  
<https://www.mariana.mg.gov.br/noticia/5924/prefeito-de-mariana-anuncia-compra-de-6-mil-cestas-basicas-para-alunos-da-rede-municipal-de-ensino>

momentos das aulas, para o apoio quando necessário. Em sentido oposto podemos mencionar as mães do colégio privado, que tinham disponibilidade de acompanhar as aulas online da criança, dando os suportes necessários. Deixando nítido que a presença e auxílio dos pais, nesse momento era diferente na maioria das escolas públicas e privadas devido às diferentes posições sociais, como salientou Filho, Antune e Couto:

É essa reverberação que deixa explícitas as carências da classe trabalhadora brasileira, mostrando objetivamente quais as dificuldades que alunos, pais e professores enfrentam neste momento, (o acesso a computadores e banda larga de qualidade, a disponibilidade de recursos materiais e financeiros que permitam aos pais ficar em casa sem ter de trabalhar e cuidar da educação e da saúde de seus filhos, entre outros...) sendo essas as dificuldades que inviabilizam qualquer possibilidade real de pensar como um pressuposto a formação mediada pelas tecnologias. (FILHO et al., 2020. p.28)

Para abranger maior parte dos alunos, além de não perder o contato com os materiais e atividades físicas, no ensino público de Mariana inicialmente foram utilizados os cadernos pedagógicos elaborados pela Secretaria de Educação de Mariana, depois foram utilizados os Planos de Estudo Tutorado (PET) em todo o estado de Minas Gerais.

O uso de atividades impressas no ensino remoto foi a estratégia mais utilizada para garantir que em torno de 20% das crianças “desconectadas” do WhatsApp e da internet pudessem ter um mínimo de vínculo com a escola, a maior parte delas residentes no campo em áreas sem acesso à internet. (MACEDO et al., 2022, p.27)

Em relação aos planos de estudo tutorado, foi o material utilizado na rede Estadual de Minas Gerais

As apostilas do PET foram divididas em 8 volumes. Nos dois primeiros, foram oferecidas atividades de Língua Portuguesa e Matemática; nos seguintes, todas as disciplinas foram contempladas. Os volumes eram organizados em quatro semanas e cada semana continha uma proposta de atividade de cada disciplina. Esse foi o material indicado para subsidiar o trabalho de todas as professoras da rede estadual e, também, foi referência para muitas redes municipais. (MACEDO et al., 2022, p.37)

O PET, tinha como intuito apresentar uma “solução” para todo o estado, nesse momento pandêmico, entretanto não levava em consideração as especificidades presentes nas diferentes cidades e regiões de Minas e autonomia dos professores.

Constatamos que os PETs foram a referência para o planejamento do trabalho pedagógico. Material pronto, criado sem qualquer participação das professoras, imposto pelo Governo do estado de Minas Gerais e pelas prefeituras que aderiram a esta proposta. Eles determinaram a forma de

organização do trabalho pedagógico na tela do celular e os conteúdos a serem ensinados, retirando a autonomia das professoras em planejar o ensino da leitura e da escrita. (MACEDO et al., 2022, p.39,40)

No ensino privado eram enviadas atividades desenvolvidas pelas professoras através do email, também era utilizado os livros didáticos, muito presente em instituições de ensino particulares. Porém o livro didático não tem uma aceitação geral.

Por outro lado, em determinadas redes de ensino, a imposição de materiais prontos comprometeu o trabalho das docentes, que não podiam criar suas práticas pedagógicas a partir da realidade das crianças, eram obrigadas a seguir planejamentos e materiais prontos como forma de controle do seu trabalho, negação da autoria e da condição intelectual das professoras. (MACEDO et al., 2022, p.11)

Mas sabemos que nenhum recurso sozinho, pode desempenhar um papel no processo de ensino e aprendizagem, é necessário um conjunto de fatores.

Sobre a orientação dada aos pais, em relação às atividades, em ambas escolas eram enviadas instruções juntamente com as atividades, também enviando vídeos para a melhor compreensão. Como foi citado por uma professora

Aí a partir do PET 4, eu comecei a criar uns vídeos bem curtinhos, usando o Power Point e o Zoo. Esses vídeos são curtos, duram em torno de dois minutos e meio, e também com base no conteúdo do PET. Aí quando eu acho que está complicado para o aluno entender, eu tento explicar mais para os pais, para que eles entendam o conteúdo e possam explicar para os filhos. (MACEDO et al., 2022, p.41)

Repassando assim, a função de docente para os pais e responsáveis, o que não é viável em diversos casos, já que os mesmo não têm formação para isso.

Assim, a interação aluno-docente, própria do processo de ensino-aprendizagem, se perde, passa a ocorrer com as famílias ou adultos, por meio de orientações encaminhadas pelas professoras sobre como devem agir na mediação das atividades para as crianças. A “função docente” passa a ser exercida pelas famílias, sujeitos que não têm preparo nem formação para tal. (MACEDO et al., 2022, p.38)

Já nas avaliações na escola pública era utilizado Plano de Estudo Tutorado Avaliativo, entretanto a professora preceptora deixou claro que não haveria a retenção dos alunos, independente da aprendizagem ou não, levando em consideração somente a entrega dos PET 's.

As notas eram baseadas na entrega dos cadernos e pets e frequência na aula online (essa com menos peso, uma vez que nem todos tinham acesso). Não houve reprovação na minha turma. (PROTTI, entrevista em 2022)



Com essa fala, podemos ver que a avaliação era vista como algo burocrático, com a única intenção de distribuir nota aos alunos, sendo ignorado o fato de que a avaliação é um parte inerente do processo de ensino e aprendizagem, tanto para a comprovação dos conhecimentos adquiridos, mas principalmente para o retorno de quais pontos merecem mais atenção, serem mais aprofundados, além de fazer a devolutiva da avaliação com os alunos, que também é parte essencial do processo.

Em relação às escolas privadas, durante a pandemia, o sistema de avaliação se tornou mais flexível, excluindo a ideia de avaliação somente de forma escrita. Eram usados trabalhos através de diversos recursos, como powerpoint, criação de podcast e discussões e debates nas aulas síncronas, além da autoavaliação.

A partir disso, podemos ver novamente como o acesso a diferentes recursos impactou no processo de ensino e aprendizagem durante o ensino remoto, visto que, tendo acesso a recursos como power point, podcast e a própria participação ativa nas aulas síncronas, gerou outras formas de avaliação dos alunos, ocorrendo ainda a devolutiva e correções, para que faça sentido as avaliações e não seja somente uma “burocracia” a ser cumprida.

### **PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO:**

O processo de alfabetização, por si só, já é muito complexo, demanda uma preparação e principalmente interação muito grande entre professores e alunos, assim no período de ensino remoto, foi um ponto que precisava de bastante atenção. Como por exemplo, o fato de ser uma fase que avança e retrocede de forma bem rápida, assim, sem nenhum apoio durante o período remoto, os alunos que estavam por exemplo na fase silábica poderiam retrair para forma pré-silábica por exemplo.

Além disso, o contato e interação entre aluno e professor nesse processo é extremamente importante, visto que gera muitas dúvidas e intervenções constantes, além de considerar que a alfabetização na escola é uma prática social e cultural que envolve diferentes saberes, cursos e valores.

A interação face-a-face é da natureza do processo alfabetizador; não se alfabetiza crianças sem um conhecimento especializado, alfabetizar não pode ser tarefa da família. Assim, constatamos que o ensino remoto limitou

os conhecimentos trabalhados com as crianças, pois um dos princípios-chave da alfabetização — a compreensão da relação oralidade-escrita- não pode ser trabalhada à distância, principalmente de modo assíncrono, sem uma interação mínima em tempo real. (MACEDO et al., 2022, p.11)

Além disso, a dificuldade em conseguir atingir os objetivos esperados interferia na saúde dos docentes.

A gente não consegue atingir toda a turma, essa é a pior parte assim”. Como resultado, surge um sentimento de insatisfação, como fica evidente na fala da professora Denise: “é uma coisa que eu, enquanto pessoa, enquanto profissional, eu me sinto meio frustrada assim com isso. [...] Profissionalmente eu acho que é uma das coisas... que é um entrave para mim essa questão da tecnologia e do acesso social das crianças”. É o conjunto dessas questões que remete à responsabilidade e ao compromisso tanto político quanto técnico das professoras, levando ao comprometimento da sua própria saúde, como explicitou a professora Patrícia: Eu, por exemplo, desde a semana passada tive que começar a tomar medicação para a pressão alta, nunca tive pressão alta, minha pressão sempre foi baixa, mas estou em avaliação ainda, mas o médico acredita que possa ser emocional, me tranquilizou, tomar a medicação por um tempo, fazer um checkape. (MACEDO et al., 2022, p.140)

Novamente mostrando uma relação muito parecida com a realidade da professora Olímpia, que por diversas vezes, demonstrava uma infelicidade e sensação de desânimo, ao criar diversos vídeos e os alunos não responderem. Durante as aulas síncronas era perceptível o desconforto que a mesma sentia, quando nenhum aluno entrava na aula, fazendo com que todo o planejamento, separação do tempo e preparação mental, fosse sem motivo. No processo de alfabetização isso também era visto, quando havia a criação de materiais físicos e diversas outras formas de esforço e por diversos motivos, como interferência externa, interferência na internet, falta de concentração do aluno (já que era através do celular) as aulas não fluíam, trazendo um desanimado até para nós, residentes.

## **CONCLUSÕES FINAIS:**

Visto a complexidade no processo de alfabetização e letramento e os desafios que surgiram durante a pandemia da COVID-19, podemos analisar que os professores tiveram que se reinventar para buscar minimizar os impactos causados. Fazendo com que em alguns momentos se desgastaram e assumiram o papel do estado de buscar soluções e instaurar práticas pedagógicas para esse momento.

Conforme foi relatado e discutido neste trabalho, esse momento acabou reforçando desigualdades já presentes no cotidiano antes do vírus, que são elas: a falta de acesso e suporte tecnológico dos profissionais e estudantes, professores e professoras sem formação prévia para o uso de tecnologias e a situação precária de diversas famílias de estudantes, que além de não conseguirem oferecer um ambiente adequado aos estudos tiveram que lidar com a falta da escola no dia a dia dos filhos.

Apesar das normativas e pareceres terem determinado a compra de recursos tecnológicos, não foi vista esse real investimento, que acentuou de forma alarmante a desigualdade social. Segundo o Todos pela Educação (2021), no ano de 2020 o Ministério da Educação teve o menor gasto da década da Educação Básica, se ausentando do papel de criar políticas públicas que diminuíssem os prejuízos da pandemia no ensino dos alunos.

Mesmo sendo decretado em resoluções o apoio a saúde mental e física de professores e alunos, em poucos momentos isso foi considerado, mesmo estando presente na primeira pandemia dessas gerações, totalmente despreparados para este momento.

A forma que o governo elaborou os materiais pedagógicos, mostrou como estava distante da realidade dos municípios, esquecendo de considerar as inúmeras diferenças no processo de ensino e aprendizagem nas mais de 400 cidades de Minas Gerais. Priorizando somente a computação da carga horária e não os objetivos de aprendizagem da Base Nacional Comum Curricular.

Assim pode se considerar que a falta de um investimento, preparação por parte do governo para auxiliar alunos e professores a construírem novas formas para o ensino e aprendizagem, causaram déficit graves nos alunos, como a professora Olímpia constatou:

Constatei, na minha turma por exemplo, que alguns alunos estavam prontos para começar em uma turma de terceiro ano, alfabéticos e outros ainda pré silábicos. (PROTTI, entrevista em 2022)

Dessa forma, esse estudo trouxe reflexões sobre como a pandemia, mas principalmente o descaso e falta de investimento do poder público, influenciou de forma negativa na educação do país, principalmente reforçando as desigualdades sociais, já presentes há muitos anos.

**REFERÊNCIAS:**

CASTANHA, A. P. O uso da legislação educacional como fonte: orientações a partir do marxismo. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 11, n. 41e, p. 309–331, 2012. DOI: 10.20396/rho.v11i41e.8639912. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639912>. Acesso em: 13 jun. 2022.

Benner P. Interpretative phenomenology: Embodiment, caring, and ethics in health and illness. Newbury Park (CA): Sage; 1994.

MARIANA. Decreto nº 10.030, de 16 de março de 2020. “Declara situação de emergência em saúde pública no município de Mariana em razão do surto de doença respiratória – 1.5.1.1.0 – Coronavirus e dispõe sobre as medidas para o seu enfrentamento previstas na Lei Federal nº 13.979, de 06 de Fevereiro de 2020 e cria o Comitê Gestor do Plano de Prevenção e Contingenciamento em Saúde do COVID-19 de Mariana”. [S. l.], 16 mar. 2020. Disponível em: [https://mariana.mg.gov.br/uploads/prefeitura\\_mariana\\_2018/diario\\_oficial\\_pmm/o\\_monumento\\_n\\_1273\\_16-03-2020.pdf](https://mariana.mg.gov.br/uploads/prefeitura_mariana_2018/diario_oficial_pmm/o_monumento_n_1273_16-03-2020.pdf). Acesso em: 5 maio 2022.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portaria nº 343, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. [S. l.], 17 mar. 2020. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Portaria/PRT/Portaria%20n%C2%BA%20343-20-mec.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Portaria/PRT/Portaria%20n%C2%BA%20343-20-mec.htm). Acesso em: 5 maio 2022.

MARIANA. Portaria nº 10, de 8 de maio de 2020. Dispõe sobre as normas para o Regime Especial de Trabalho e para o atendimento aos alunos das Escolas da Rede Pública Municipal de Educação de Mariana, em decorrência da pandemia Coronavírus (COVID-19). [S. l.], 12 maio 2020. Disponível em: [https://www.mariana.mg.gov.br/uploads/prefeitura\\_mariana\\_2018/diario\\_oficial\\_pmm/o\\_monumento\\_n\\_1326\\_12-05-2020.pdf](https://www.mariana.mg.gov.br/uploads/prefeitura_mariana_2018/diario_oficial_pmm/o_monumento_n_1326_12-05-2020.pdf). Acesso em: 5 maio 2022.

MARIANA. Decreto nº 10.088, de 18 de maio de 2020. Autoriza a aquisição de bens e serviços emergenciais pela Secretaria Municipal de Educação para implementação de atividades educacionais remotas representadas no conjunto de Cadernos Educativos “Criando possibilidades, construindo conhecimentos: experiências educativas durante a pandemia do COVID-19”. [S. l.], 20 maio 2020. Disponível em: [https://www.mariana.mg.gov.br/uploads/prefeitura\\_mariana\\_2018/diario\\_oficial\\_pmm/o\\_monumento\\_n\\_1335\\_20-05-2020.pdf](https://www.mariana.mg.gov.br/uploads/prefeitura_mariana_2018/diario_oficial_pmm/o_monumento_n_1335_20-05-2020.pdf). Acesso em: 5 maio 2022.

MARIANA. Decreto nº 10.274, de 19 de outubro de 2020. “Dispõe sobre a manutenção da suspensão das aulas presenciais na rede pública e privada do Município de Mariana, a continuidade das atividades não presenciais nos estabelecimentos de ensino, a criação da Comissão Diagnóstica para preparação do retorno das aulas presenciais”. [S. l.], 20 out. 2020. Disponível em: [https://www.mariana.mg.gov.br/uploads/prefeitura\\_mariana\\_2018/diario\\_oficial\\_pmm/o\\_monumento\\_n\\_1473\\_20-10-2020.pdf](https://www.mariana.mg.gov.br/uploads/prefeitura_mariana_2018/diario_oficial_pmm/o_monumento_n_1473_20-10-2020.pdf). Acesso em: 5 maio 2022.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Parecer nº 5/2020, de 28 de abril de 2020. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. [S. l.], 28 abr. 2020. Disponível em: [https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE\\_PAR\\_CNECPN52020.pdf](https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_PAR_CNECPN52020.pdf). Acesso em: 5 maio 2022.

MARIANA. Portaria nº 17, de 20 de novembro de 2020. Dispõe sobre a reorganização do calendário escolar 2020, em virtude da interrupção das aulas pela pandemia da COVID-19, disciplina o registro da oferta de Educação em atividades não presenciais, utilizando ferramenta do Projeto – EducaEMCASA, disciplina o Projeto “Criando possibilidades, construindo conhecimentos: experiências educativas durante a pandemia COVID-19” e dá outras providências. [S. l.], 20 nov. 2020. Disponível em: [https://mariana.mg.gov.br/uploads/prefeitura\\_mariana\\_2018/diario\\_oficial\\_pmm/o\\_monumento\\_n\\_1504\\_20-11-2020.pdf](https://mariana.mg.gov.br/uploads/prefeitura_mariana_2018/diario_oficial_pmm/o_monumento_n_1504_20-11-2020.pdf). Acesso em: 5 maio 2022.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Resolução nº 2, de 5 de agosto de 2021. Institui Diretrizes Nacionais orientadoras para a implementação de medidas no retorno à presencialidade das atividades de ensino e aprendizagem e para a regularização do calendário escolar. [S. l.], 5 ago. 2021. Disponível em: [in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-2-de-5-de-agosto-de-2021-336647801](http://in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-2-de-5-de-agosto-de-2021-336647801). Acesso em: 5 maio 2022.

MARIANA. Decreto nº 10.719, de 28 de outubro de 2021. “Dispõe sobre a obrigatoriedade das aulas presenciais nos estabelecimentos de ensino públicos e privados de ensino”. [S. l.], 28 out. 2021. Disponível em: [https://www.mariana.mg.gov.br/uploads/prefeitura\\_mariana\\_2018/diario\\_oficial\\_pmm/o\\_monumento\\_n\\_1874\\_28-10-2021.pdf](https://www.mariana.mg.gov.br/uploads/prefeitura_mariana_2018/diario_oficial_pmm/o_monumento_n_1874_28-10-2021.pdf). Acesso em: 5 maio 2022.

MARTINS, Vivian; ALMEIDA, Joelma. EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA NO BRASIL: SABERESFAZERES ESCOLARES EM EXPOSIÇÃO NAS REDES. **Revista Docência e Cibercultura**, [S.l.], v. 4, n. 2, p. 215-224, ago. 2020. ISSN 2594-9004. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/article/view/51026/34672>. Acesso em: 13 jun. 2022. doi:<https://doi.org/10.12957/redoc.2020.51026>.

MACEDO, Maria do Socorro Alencar Nunes (org.). Retratos da alfabetização na pandemia da COVID-19: Resultados de uma pesquisa em rede. [S. l.: s. n.], 2022. 395 p. Disponível em: <file:///C:/Users/thali/Downloads/Retratos.pdf>. Acesso em: 5 maio 2022.

MACHADO, Selmar Donato da Costa. Caminhos e desafios da educação durante e pós pandemia : WhatsApp como opção de trabalho com os anos iniciais do ensino fundamental no ensino remoto. 2021. Trabalho de conclusão de curso (Curso de especialização em lingua portuguesa: teorias e práticas de ensino de leitura e produção de textos) - UFMG, [S. l.], 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/37610>. Acesso em: 5 maio 2022.

Santana, C. L. S. e, & Borges Sales, K. M. (2020). AULA EM CASA: EDUCAÇÃO, TECNOLOGIAS DIGITAIS E PANDEMIA COVID-19. *EDUCAÇÃO*, 10(1), 75–92. <https://doi.org/10.17564/2316-3828.2020v10n1p75-92>

FILHO, Astrogildo Luiz de França. ALGUNS APONTAMENTOS PARA UMA CRÍTICA DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EaD) NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA EM TEMPOS DE PANDEMIA. 2020. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em pedagogia) - UERJ, [S. l.], 2020. DOI 10.12957/tamoios.2020.50535. Disponível em: <file:///C:/Users/thali/Downloads/50535-171878-1-PB.pdf>. Acesso em: 5 maio 2022.